



Aspectos Legais e Éticos da Engenharia

Período 2022/02

Professor: Herbert Carneiro

E-mail: herbert.depr@gmail.com

027-99971-3820

Ponto IX – NOÇÕES DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO PARA ENGENHEIROS E EMPRESAS DE ENGENHARIA

Espécie de seguro social no qual o segurado faz

1- Previdência Social

(Conceito)

2- Fontes do Direito Previdenciário

contribuições periódicas e, atendidos os requisitos legais, uma “seguradora estatal”, denominada instituto nacional do seguro social (INSS), concede benefícios previstos em lei.

- Constituição da República;
- Lei de custeio da previdência social;

- Lei de benefícios da previdência social; • Lei orgânica da saúde;
- Lei orgânica da assistência social;
- Tratados internacionais;
- Regulamento da previdência social;
- Instruções normativas.

3- Segurados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS)

Segurados Facultativos Segurados Obrigatórios

São aqueles que, mesmo não estando vinculados obrigatoriamente à previdência social, por não exercerem atividade remunerada, optam por sua inclusão no sistema protetivo. Eles devem ter no mínimo 16 anos.

EX: Estudantes, estagiários, bolsistas, donas de casa.

São os maiores de 16 anos, salvo na condição de menor aprendiz (a partir de 14 anos)

a) Empregado

(Art. 12, I, Lei 8212/1991) (decreto 3048/1999) b) Empregado doméstico

(Art. 12, II, Lei 8212/1991)

c) Contribuinte Individual

(Art. 12, V, Lei 8212/1991)

d) Trabalhador avulso

(Art. 12, VI, Lei 8212/1991)

e) Segurado especial

(Art. 12, VII, Lei 8212/1991)

f) Trabalhador intermitente

(decreto 10410/2020)

g) Trabalhador temporário

(Lei 13429/2017)

4- Tomadores de
serviço

5- Salário de contribuição (Art. 28 Lei 8212/1991)

6- Descontos nos
benefícios

7- Acidentes do
trabalho (conceito)

Art. 19 a 23 Lei 8213/1991

- Empresa (Art. 15, I, Lei 8212/1991)
- Empregador doméstico (Art. 15, II, Lei 8212/1991).

É uma base que é utilizada, para as contribuições dos trabalhadores e dos tomadores de serviços para o regime geral da previdência social atualizada anualmente pelo Ministério da Previdência Social, hoje uma secretaria de estado.

- Pensão alimentícia;
- Empréstimo consignado;
- Pagamento indevido por erro do INSS;
- Imposto sobre a renda;
- Associação de aposentados.

Todo evento que cause incapacidade ou morte e que possua nexo de causalidade, admitindo-se também a concausalidade, com o trabalho, como a doença ocupacional, um acidente de trajeto, a agressão de colegas de trabalho, um acidente ocorrido no intervalo para as refeições, durante uma visita a um cliente ou assalto na empresa, etc.

8- Estabilidade

9- Benefícios em espécie Ementa Constitucional Nº 103/2009 – exige carência

O trabalhador que sofrer acidente do trabalho tem estabilidade de pelo menos, um ano a contar da data do auxílio-doença acidentário.

- Aposentadoria por incapacidade permanente (Art. 43 a 47, Lei 8213/1991)-12 contribuições mensais;
- Aposentadoria por tempo de contribuição e idade (Art. 52 a 56, Lei 8213/1991)-180 contribuições mensais;
- Aposentadoria especial (Art. 57 a 58, Lei 8213/1991);
- Salário-família (Art. 65 a 70, Lei 8213/1991);

- Salário-maternidade (Art. 71 a 73, Lei 8213/1991) - 10 contribuições mensais;
- Auxílio-incapacidade (Art. 59 a 64, Lei 8213/1991) – 12 contribuições mensais;
- Auxílio-acidente (Art. 86, Lei 8213/1991);
- Pensão por morte (Art. 74 a 79, Lei 8213/1991);
- Auxílio- reclusão (Art. 80, Lei 8213/1991) – 24 contribuições mensais;
- Abono anual (É o 13 salário dos beneficiários da previdência social).

10- Seguro (hipóteses que recebem o seguro-desemprego possibilitam o seguro desemprego involuntário; Resgate de trabalhador reduzido a de defeso. condição análoga a de escravo; Pesca artesanal, durante período

11- Contribuição das empresas
 • Sobre a remuneração de empregados e avulsos (Art. 22, I, parágrafo 1º Lei 8212/1991.
 • Sobre a remuneração dos contribuintes individuais (Art. 22, III, Lei 8212/1991 e Art 1º, parágrafo 2º, Lei 10.666/2003);
 • Sobre o serviços prestados por cooperativas. (Art. 22, IV, Lei 8212/1991 e Art 1º, parágrafo 1º, Lei 10.666/2003);

As situações de exigibilidade de CND estão dispostas no Art. 47 e 48 da Lei 8212/1991.

12- Certidão negativa CND

13- Aposentadoria de débito

mínimo de contribuição de 20
anos.

Homens: 65 anos de idade e tempo
(Art. 19 da emenda constitucional 103/2019)
Mulheres: 62 anos de idade e tempo mínimo de
contribuição de 15 anos.

16- Acidente do Trabalho

14- Doença Profissional 15- Doença do

17- Acidente do Trabalho

Trabalho

18- Acidente do Trabalho (Benefícios, não há
carência)

É a produzida ou desencadeada pelo exercício de
trabalho peculiar a determinada atividade.

São doenças inerentes à profissão e não ao
trabalho, causadas por agentes físicos, químicos,
biológicos e ergonômicos inerentes a certas

funções ou atividades.

É a adquirida ou desencadeada em razão de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relaciona diretamente.

Ocorre pelo exercício de trabalho à serviço do empregador ou pelo exercício de trabalho dos segurados especiais, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a

perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

Considera-se também acidente do trabalho a doença profissional ou do trabalho.

- Aposentadoria por invalidez acidentária;
- Auxílio-doença acidentário;
- Auxílio-acidente.

Exercícios Complementares para Fixação

(Importante para engenheiros e empresas de engenharia)

1- Quais os cuidados que uma empresa de Engenharia contratante de serviços executados mediante cessão de mão de obra ou empreitada passou a ter na retenção do valor para o

INSS?

a) Qual o percentual?

b) O que deve conter na nota fiscal?

c) Qual o dia do recolhimento?

OBS: pesquisar o Art. 31 da Lei 8212/1991.

2 O que uma empresa de Engenharia prestadora de serviço, deve destacar, na nota fiscal? OBS: pesquisar o Art. 31 da Lei 8212/1991.

3 Quais os cuidados que uma empresa de engenharia deve ter com o fator acidentário de prevenção (FAP), previsto na Lei 10.666/2003?

4 O que o trabalhador que for dispensado sem justa causa, deverá comprovar? OBS: pesquisar a Lei 7998/90.